

▶▶ ANTONIO  
COSTA 2022



PS

# LINHAS GERAIS DO PROGRAMA ELEITORAL 2022

# I. BOA GOVERNAÇÃO

## A NOSSA AMBIÇÃO PARA A BOA GOVERNAÇÃO

### CONVERGÊNCIA

- Registrar entre 2021 e 2026 um nível médio anual de crescimento pelo menos superior 0,5 p.p. ao da média da UE27 e 1 p.p. ao da média da zona euro.

### CONTAS PÚBLICAS CERTAS

- Reduzir, no mínimo, no horizonte de 2026, o peso da dívida pública no PIB para valores inferiores a 110%.

### SAÚDE

- Construir ou modernizar até 2026 100 unidades de cuidados de saúde primários e construir as novas unidades hospitalares Central do Alentejo, Lisboa Oriental, Seixal, Sintra, Central do Algarve e a maternidade de Coimbra.

## I - MEDIDAS EM DESTAQUE PARA A BOA GOVERNAÇÃO

### Educação

- O PS propõe a construção de um Pacto Social para a Educação: Uma Educação de Qualidade para Todos. Para tal, quer mobilizar os profissionais, os pais e encarregados de educação, os estudantes, os parceiros sociais e as forças políticas, a academia e as comunidades. Esta construção de convergências será potenciada pela identificação de fatores estratégicos, com os quais nos comprometemos, tais como a Boa Governação na Educação, o trabalho com os profissionais da educação, a luta pelo combate às desigualdades através da Educação, a contínua melhoria das aprendizagens e a participação dos alunos no processo educativo;
- Alterar o regime de recrutamento, introduzindo fatores de estabilidade reforçada quer no acesso à carreira quer no desenvolvimento dos projetos pedagógicos, reduzindo, sempre que se justifique, a mobilidade entre escolas e possibilitando a vinculação direta em quadro de agrupamento ou quadro de escola;
- Criar incentivos à aposta na carreira docente e ao desenvolvimento de funções docentes em áreas do país onde a oferta de profissionais é cada vez mais escassa e onde a partilha de recursos se mostre fundamental para a manutenção de oferta educativa a formativa.

### Saúde

- Prosseguir o trabalho de revisão e generalização do modelo das unidades de saúde familiar, garantindo que elas cobrem 80% da população na próxima legislatura;
- Garantir a visita domiciliária pelos cuidados de saúde primários dos residentes em estruturas para idosos;
- Aumentar o número de camas da rede geral de Cuidados Continuados para assegurar a cobertura integral do país.
- Constituir Equipas de Cuidados Continuados Integrados em todos os Agrupamentos de Centros de Saúde;
- Implementar o regime de trabalho em dedicação plena, como previsto no projeto de Estatuto do SNS, de aplicação progressiva, a iniciar pelos trabalhadores médicos numa base voluntária e de compromisso assistencial, com negociação sindical do acréscimo do período normal de trabalho semanal em vigor, do acréscimo remuneratório e do regime de incompatibilidades;
- Rever os incentivos pecuniários e não pecuniários para a atração e fixação de médicos em zonas carenciadas;
- Valorizar as carreiras dos enfermeiros, designadamente através da reposição dos pontos perdidos aquando da entrada na nova carreira de enfermagem;
- Criar a Direção Executiva do SNS com o papel de dirigir o SNS a nível central, coordenando a resposta assistencial das suas unidades de saúde, assegurando o seu funcionamento em rede e monitorizando o seu desempenho e resposta.

### Qualidade da Democracia

- Criar as condições necessárias para a concretização do processo de regionalização, mediante a realização de um novo referendo em 2024;
- Criação de um "Simplex" para os fundos europeus, destacando o desenvolvimento de um processo de pré-qualificação de beneficiários, que se materialize numa "certidão permanente";

# II. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

## A NOSSA AMBIÇÃO PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- Reduzir, no horizonte de 2030, para 55% as emissões dos GEE.
- Aumentar, até 2026, para 80% o peso das energias renováveis na produção de eletricidade, antecipando em 4 anos a meta estabelecida.
- Aumentar para 47% o peso das energias renováveis no consumo final bruto de energia, no horizonte de 2030.
- Reduzir, até 2030, 40% das emissões do setor dos transportes e mobilidade.

## II - MEDIDAS EM DESTAQUE PARA A ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- Promover o desenvolvimento de redes de transporte mais flexíveis e mais capazes de responder às necessidades dos territórios de baixa procura, transformando o PROTRANSP na forma de financiar contratos para o desenvolvimento da oferta local;
- Aumentar a capacidade de produção de energia solar em pelo menos 2 gigawatts nos próximos dois anos dando continuidade aos leilões para novas centrais e à promoção e facilitação do autoconsumo e da criação de comunidades de energia;
- Concretizar a Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas no mar português e definir os seus planos de gestão, com o objetivo de alcançar 30% do espaço marítimo nacional até 2030;
- Criar um regime simplificado de apoio aos pequenos proprietários florestais – Vale Floresta, atribuindo ao proprietário um determinado montante de acordo com a área (ha) e as intervenções que se propõe desenvolver (ações limpeza, incluindo desbaste e remoção de material lenhoso, rearborizações).

# III. DEMOGRAFIA

## RESPOSTAS SOCIAIS

- Disponibilizar até 2026 26.000 fogos para responder às situações de maior carência identificadas nas Estratégias Locais de Habitação e 6.800 fogos a custo acessível.
- Disponibilizar até 2026 15.000 novos lugares de alojamento para estudantes do ensino superior a custos acessíveis.
- Criar até 2026 15.000 novos lugares e modernizar 13.000 lugares em creches, estruturas residenciais para idosos e respostas para pessoas com incapacidade ou vulneráveis.

## III - MEDIDAS EM DESTAQUE PARA DEMOGRAFIA

### Agenda do Trabalho Digno

- Aprovar até julho de 2022 a Agenda do Trabalho Digno;
- Melhorar a regulação do trabalho temporário, nomeadamente com o reforço das exigências para as empresas, incluindo o requisito de patamares obrigatórios de contratos estáveis, com mais responsabilização dos utilizadores e com maior aproximação ao regime de renovações dos contratos a termo;
- Prevenir abusos e riscos do recurso indiscriminado à externalização laboral (“outsourcing”), nomeadamente alargando a contratação coletiva a estes trabalhadores, e proibindo o recurso a esta prática no período subsequente a despedimentos coletivos;
- Endurecer o combate ao recurso ao trabalho completamente não declarado, por exemplo criminalizando esta prática, assegurando que há sempre contraordenação mesmo com regularização voluntária e flexibilizando a circulação de trabalhadores da mesma empresa ou grupo para Portugal, desde que com contratos sem termo;
- Reforçar e agilizar os poderes da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) no reconhecimento de contratos de trabalho em todas as situações de irregularidade neste âmbito, incluindo na conversão de contratos a termo em contratos sem termo, permitindo ainda a interconexão de dados entre a ACT e a Segurança Social ou a AT;
- Regular novas realidades das relações laborais no quadro da transição digital, por exemplo assegurando que o trabalho em plataformas é coberto por uma presunção de laboralidade específica com base em indícios substantivos e que o uso de algoritmos é transparente e não permite práticas discriminatórias;

### Conciliação e Qualidade de Vida

- Promover um amplo debate nacional e na concertação social sobre novas formas de equilíbrio dos tempos de trabalho, incluindo a ponderação de aplicabilidade em diferentes setores de modelos assentes em experiências como a semanas de quatro dias, uso de modelos híbridos teletrabalho, nomeadamente com ancoragem na negociação coletiva;
- Reforçar o acesso a serviços e equipamentos de apoio à família, garantindo a progressiva gratuitidade da frequência de creche até 2024;

### Habitação

- Assegurar a acessibilidade total de habitações aos jovens, que poderão beneficiar cumulativamente dos dois instrumentos de apoio (Porta 65 Jovem e Programa de Arrendamento Acessível), duplicando o número de jovens abrangidos;

# IV. DESIGUALDADES

## RENDIMENTOS

- Aumentar até 2026 o peso das remunerações no PIB em 3 pontos percentuais para atingir o valor médio da União – aumentar o rendimento médio por trabalhador em 20% entre 2021 e 2026.

## POBREZA E DESIGUALDADES

- Reduzir a taxa de pobreza para o conjunto da população para 10%, em 2030 – menos 660 mil pessoas em situação de pobreza.
- Reduzir para metade a pobreza no grupo das crianças – menos 170 mil crianças em situação de pobreza.
- Reduzir para metade a taxa de pobreza dos trabalhadores pobres – menos 230 mil trabalhadores em situação de pobreza.

## COESÃO TERRITORIAL

- Assegurar que todas as regiões NUTS II convergem em PIB per capita com a média europeia.
- Reduzir a disparidade da taxa de pobreza dos diferentes territórios até ao máximo de 3 pontos percentuais em relação à taxa média nacional.



- Medida Valorização Salarial – o Governo do PS promoverá as negociações necessárias em sede de Concertação Social para um Acordo de médio prazo (2022/2026) de melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade e onde conste a trajetória plurianual de atualização real do salário mínimo nacional, de forma faseada, previsível e sustentada, evoluindo em cada ano em função da dinâmica do emprego e do crescimento económico, com o objetivo de atingir pelo menos os 900 euros em 2026, a criação de um quadro fiscal adequado para que as empresas assegurem, a par da criação de emprego líquido, políticas salariais consistentes em termos de valorização dos rendimentos, centrada na valorização dos salários médios.
- A valorização do rendimento dos mais jovens, num esforço partilhado entre empresas (por via da valorização salarial) e Estado (por via do alargamento do IRS Jovem, abrangendo mais jovens, durante mais anos);
- Dar continuidade ao desenvolvimento de mecanismos que acentuem a progressividade do IRS, concluindo a revisão de escalões, de forma a desagrar os impostos sobre o rendimento das classes médias e assegurar uma maior equidade no tratamento de todos os tipos de rendimentos;
- Continuar a valorização do mínimo de existência e correção de elementos de regressividade que desincentivam o aumento de rendimento dos trabalhadores, em particular dos salários próximos do SMN;
- Criar o Código das Prestações Sociais e unificar as prestações sociais, segundo o modelo simplificador da Prestação Social para a Inclusão.
- Criar uma Prestação Social Única para as prestações de cariz não contributivo, assegurando a sua eficácia no combate à pobreza.
- Combater a pobreza infantil e apoiar as famílias com filhos, nomeadamente através do reforço da proteção social com medidas como:
  1. Complemento ao Abono de Família – garantir a todas as crianças e jovens (até aos 18 anos) em risco de pobreza extrema um montante anual de apoio de 1.200 euros anuais (em 2022 o valor mensal será de 70 euros por mês e em 2023 o valor mensal atinge os 100 euros por mês). Trata-se de um aumento significativo do apoio, que corresponde a um aumento de 63 euros para crianças com mais de 6 anos em 2023.
  2. Complemento Garantia para a Infância – assegurar que os titulares do direito a abono de família acima do 2º escalão que não obtenham um valor total anual de 600 euros por criança ou jovem, entre o abono de família e a dedução à coleta de IRS, venham a receber a diferença para esse valor, a transferir pela AT;
  3. Majoração da Dedução por Dependente em sede de IRS - A dedução à coleta por dependente até aos seis anos, aplicável a partir do segundo filho, será majorada dos 600€ para os 900€ (750€ em 2022 e 900€ em 2023)

# V. SOCIEDADE DIGITAL

## QUALIFICAÇÕES

- Reduzir até 2030 para menos de 5 % a taxa de abandono precoce da educação e formação e aumentar para 70% a proporção da população adulta que conclui o ensino secundário.
- Apoiar até 2026 30 mil jovens em cursos profissionais nas áreas emergentes e na formação superior nas áreas STEAM (Ciências, Tecnologias, Engenharias, Artes e Matemática).
- Garantir 50% de graduados na faixa etária dos 30 aos 34 anos até 2030.
- Beneficiar 60 mil alunos por ano até 2026 na rede de Centros Tecnológicos Especializados.
- Abranger pelo menos 23 mil formandos em formações curtas de âmbito superior no sistema politécnico até 2026, instalando 10 escolas de pós-graduação em colaboração com empresas.
- Promover o *reskilling* e *upskilling* de 200 mil trabalhadores de empresas, como foco nas competências digitais.

## MODERNIZAÇÃO DO TECIDO PRODUTIVO

- Aumentar em 25% face a 2017 o número de empresas nacionais exportadoras para atingir um volume de exportações equivalente a 53% do PIB em 2030
- Aumentar até 2030 o peso das exportações de alta tecnologia para 9% das exportações totais de mercadorias.
- Aumentar em 100% face a 2017 o número de novas empresas de base tecnológica, de serviços intensivos em conhecimento e das indústrias criativas.
- Elevar a despesa total de I&D para 3% do PIB até 2030, sendo 1,75% efetuada pelas empresas.

## V - MEDIDAS EM DESTAQUE PARA A SOCIEDADE DIGITAL

- Continuar a promover uma fiscalidade que incentive o investimento na modernização produtiva, incentivando o investimento privado em I&D empresarial e reforçando a atratividade internacional de Portugal, designadamente através do regime da *Patent Box* e do robustecimento do SIFIDE.
- Na senda dos desagravamentos seletivos de IRC, deverá ainda prosseguir-se o direcionamento dos incentivos à capitalização das empresas e com a criação de um quadro fiscal favorável aos ganhos de escala das empresas e à sucessão empresarial, a par da eliminação definitiva do PEC, que beneficia, em particular, as MPME's e da criação do quadro fiscal adequado para as *Start-ups*, em linha com o *Startup Nations Standards of Excellence* assinado pelo Governo no decurso da Presidência do Conselho Europeu.
- Criar, em articulação com os parceiros sociais, um programa de licenças para formação, que facilite períodos de elevação de qualificações e de requalificação das pessoas ao longo da vida, em articulação com a possibilidade de substituição dos trabalhadores em formação;
- Aumentar a participação dos jovens no ensino superior, com especial enfoque nas áreas STEAM (ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática), através da concretização e consolidação do Programa Impulso Jovens STEAM.



▶▶▶ ANTÓNIO  
COSTA 2022



Linhas Gerais do  
Programa Eleitoral 2022